

## **ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA DISCUSSÃO SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL 8.**

1 Aos vinte e sete dias do mês de outubro de 2016 (dois mil e dezesseis), às nove horas, no Auditório da  
2 Câmara dos Dirigentes Lojistas de Natal - CDL, localizado na Rua Ceará-Mirim 322, Tirol, realizou-se a  
3 Audiência Pública promovida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB,  
4 para discussão da proposta de regulamentação que visa disciplinar o uso, ocupação do solo,  
5 prescrições ambientais e urbanísticas da Zona de Proteção Ambiental 8 (ZPA 8), ecossistema  
6 manguezal e Estuário do Potengi/Jundiaí. Iniciando a audiência pública, o mestre de cerimônia, Sr.  
7 Geyson Galvão, deu as boas-vindas a todos os presentes em nome do Secretário de Meio Ambiente e  
8 Urbanismo, bem como da equipe técnica da SEMURB. Em seguida, expôs os objetivos da audiência, as  
9 características e importâncias da ZPA 8. Posteriormente, o Sr. Geyson iniciou a formação da mesa  
10 diretora convidando o Secretário Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, Sr. Marcelo Caetano  
11 Rosado Maia para compor a mesa na condição de presidente, a Secretária Adjunta de Informação  
12 Planejamento e Gestão Ambiental da SEMURB, Sra. Maria Florésia Pessoa e Silva, para compor a mesa  
13 como coordenadora técnica e, a Diretora do Departamento de Informação, Pesquisa e Estatística da  
14 SEMURB, Sra. Eudja Mafaldo para exercer a função de secretária da mesa diretora. Em seguida,  
15 passou-se a palavra ao Sr. Secretário, Marcelo Rosado, que cumprimentou e agradeceu a presença de  
16 todos, em especial da equipe técnica da SEMURB, coordenada pela Secretária Adjunta e a Diretora do  
17 Departamento de Informação, Pesquisa e Estatística. Após os agradecimentos, o Sr. Marcelo ressaltou  
18 a importância da participação popular em apreciar, questionar e enviar sugestões para complementar  
19 a construção da referida regulamentação. Informou que após a aprovação, a proposta se converterá  
20 em lei, o que regularizará o uso e ocupação da área em análise. Dando prosseguimento, o Sr. Marcelo  
21 Rosado solicitou que o mestre de cerimônia procedesse a leitura do regimento da Audiência Pública  
22 para discussão e posterior aprovação do mesmo. Após a leitura, abriu-se espaço para possíveis  
23 intervenções e sugestões da plenária. O primeiro a se pronunciar foi o Sr. Francisco Iglesias, arquiteto  
24 e urbanista, representante da Associação Potiguar Amigos da Natureza, que sugeriu a mudança do  
25 tempo de intervenção oral para cinco minutos. Sugeriu ainda que o tempo pudesse ser cedido para  
26 outros participantes, se assim desejar o participante que se inscreveu. Além disso, o Sr. Iglesias  
27 considerou inconveniente a data e o horário de realização da audiência. Em seguida o Sr. João Maria  
28 criticou sobre o local de realização da Audiência, visto que não localiza-se nas proximidades da ZPA 8,  
29 prejudicando, segundo ele, a acessibilidade dos moradores da Zona Norte. Continuando com as  
30 intervenções, a Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Sra. Margareth, solicitou  
31 que os técnicos da SEMURB responsáveis pela construção do estudo fossem identificados e questionou  
32 o motivo pelo qual o regimento não foi disponibilizado anteriormente para contribuições prévias. Por  
33 fim, a Prof.<sup>a</sup> Margareth sugeriu que fosse retirada a exigência de identificação protocolar da ficha de  
34 inscrição, já que a Audiência estava sendo registrada em vídeo, o participante poderia indicar apenas o  
35 tema, o nome completo e no máximo, o número de algum documento de identificação. Em resposta  
36 aos questionamentos, o presidente da mesa informou que o Regimento apresentado foi utilizado em  
37 outras audiências, e que a SEMURB estava utilizando a mesma metodologia. Destacou ainda, que a  
38 proposta de regulamentação da ZPA 8 está disponível no site da SEMURB e que o objetivo da  
39 Audiência é esclarecer todas as dúvidas e receber contribuições, que poderão inclusive, ser  
40 encaminhadas à Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo após a audiência. Sobre a identificação, o  
41 Sr. Marcelo informou que como pessoa física, os interessados poderiam fazer intervenções  
42 normalmente, porém quando representando alguma Associação ou entidade, seria necessário a  
43 devida documentação comprobatória. Com relação ao local da audiência, o presidente da mesa

44 informou que a equipe se preocupou em procurar lugares mais próximos, no entanto, não havia  
45 disponibilidade de data ou estrutura adequada nos locais contatados. Nesse momento, o Prof. Milton  
46 França afirmou que a equipe da SEMURB realmente se preocupou em buscar um local próximo a ZPA e  
47 que, inclusive a primeira ideia seria realizar duas Audiência, contemplando os dois setores da Zona de  
48 Proteção em análise. O presidente da mesa confirmou a informação comunicando a realização de uma  
49 segunda Audiência. Aproveitando a oportunidade, o Professor da UERN, Sr. Janio Fernandes, colocou-  
50 se a disposição para buscar, juntamente com a equipe da SEMURB, um local mais próximo da ZPA 8  
51 para a realização da próxima Audiência. Em seguida a Prof.<sup>a</sup> Margareth pediu a palavra e solicitou que  
52 não fosse exigido o preenchimento da ficha de inscrição como condição indispensável para  
53 participação oral ou escrita. Em resposta, o Sr. Marcelo informou que a referida ficha de inscrição, é  
54 direcionada apenas aos casos de envio de propostas e questionamentos formais que possam existir  
55 após a Audiência, os quais deverão ser entregues na sede da secretaria. Esclarecidas as dúvidas, o  
56 presidente da mesa colocou em votação as sugestões realizadas e, por unanimidade, o tempo de  
57 intervenção foi ampliado para cinco minutos. Em seguida o Sr. Jonas, morador da Zona Norte de Natal,  
58 pediu a palavra para reforçar que o local da Audiência deveria ser mais próximo da área em questão e  
59 sugeriu o Ginásio Nélio Dias como local para realização das audiências referentes a regulamentação da  
60 ZPA 8. Por fim, o participante questionou sobre ações de conscientização e divulgação, visto que  
61 muitos de seus vizinhos não sabiam da realização dessa audiência. Nesse momento, o Sr. Iglesias  
62 sugere uma reunião com a comunidade, sem caráter de Audiência para esclarecimento de dúvidas da  
63 comunidade. O presidente da mesa colocou a equipe a disposição e sugeriu que a comunidade se  
64 organizasse, escolhesse o local e formalizasse o convite, ressaltando que a equipe está a disposição.  
65 Dando continuidade, a Secretária Adjunta de Informação Planejamento e Gestão Ambiental da  
66 SEMURB, Sra. Maria Florésia Pessoa e Silva, cumprimentou todos os presentes, ressaltou a importância  
67 dessa fase do processo de regulamentação da ZPA, onde existe a possibilidade de melhorar um  
68 trabalho que já vem sendo elaborado a dois anos e destacou que aguarda ótimas contribuições que  
69 fortaleçam a proposta de Lei. Em seguida, a arquiteta e urbanista da SEMURB, Sra. Karitana Santos,  
70 iniciou a apresentação do estudo desenvolvido pela SEMURB. Primeiramente, a representante da  
71 equipe técnica esclareceu que o projeto foi desenvolvido por uma equipe multidisciplinar e  
72 apresentou todos os profissionais envolvidos. Em seguida, apresentou os aspectos ambientais,  
73 socioeconômicos, urbanísticos e paisagísticos contemplados no estudo, bem como a relação entre os  
74 resultados obtidos e a proposta de lei. Ao final da apresentação, o Sr. Arthur, geógrafo paisagista que  
75 compõe a equipe técnica, apresentou um vídeo esclarecendo melhor os aspectos paisagísticos  
76 analisados. Após a apresentação do estudo, o mestre de cerimônia informou que aconteceria um  
77 intervalo de dez minutos para a coleta dos questionamentos escritos e inscrições para intervenções  
78 orais. Após o intervalo, iniciou-se o momento de questionamentos e intervenções. A primeira  
79 intervenção escrita foi da Sra. Rosa Pinheiro, representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo  
80 do RN – CAU/RN, que afirmou que a altura considerada para o observador no Mirante é incompatível  
81 com a estatura média da população, especialmente das mulheres. Além disso, a participante destacou  
82 que o controle de gabarito deve possibilitar o vislumbre do mangue a partir do mirante, pelo menos  
83 em parte do leque, no entanto, ela acredita que da forma como está proposto, a paisagem protegida  
84 será o outro lado do mangue. Em resposta a esses questionamentos, o Sr. Arthur explicou que a  
85 apresentação tentou mostrar o fundo cênico como um todo, informou ainda, que durante o estudo foi  
86 realizado o percurso de cada uma das ruas da ZPA 8, esclareceu que o gabarito da parte mais alta foi  
87 atrelado a construção da Via Mangue, que iria percorrer toda a borda do tabuleiro e em cada 100 ou  
88 200 metros haveria um Mirante. Segundo o geógrafo, são 3 ou 4 mirantes na borda do Tabuleiro que  
89 permitiriam a preservação das visuais a nível de tabuleiro, próximo ao mangue. Quanto a altura do  
90 observador, o Sr. Arthur informou que foi levado em consideração a topografia, usando uma média de  
91 altura de um metro e sessenta até um metro e oitenta de altura para o observador, no entanto,  
92 esclareceu que a visada parte do nível do solo. Neste momento, a coordenadora técnica da mesa,  
93 atendendo a sugestão do senhor Valério em alternar uma pergunta escrita com uma oral, passou a  
94 palavra para a Sra. Thais Cruz, representante da ONG Gamboa do Jaguaribe e Mestre em Políticas  
95 Públicas, que realizou diversos questionamentos. Primeiramente a participante questionou se a  
96 Prefeitura tem estudos sobre o lixo que o mangue tem recebido anualmente e o que se pretende fazer  
97 em relação a isso, informou que em mutirão realizado recentemente, foi retirado muito lixo do rio e na

98 semana seguinte no mesmo local da ação já havia bastante lixo. Questionou se a equipe tem  
99 conhecimento de que no local foram encontrados artefatos arqueológicos de origem indígena e dos  
100 primeiros colonizadores. Perguntou ainda, se a prefeitura tem conhecimento de um estudo que a  
101 CAERN está desenvolvendo sobre a área e de uma queimada recente ocorrida no local. Continuando  
102 sua intervenção, indagou se a prefeitura do Natal tem conhecimento da existência de animais  
103 marinhos ameaçados de extinção no Rio Jaguaribe e o que tem sido feito para coibir a degradação  
104 ambiental na ZPA 8, tendo em vista que a própria já identificou a presença de construções ilegais na  
105 área. A Sra. Thaís também questionou se os órgãos ambientais têm ciência de construções de  
106 empreiteiras em área de preservação ambiental, próximo ao Conjunto Panorama. Além disso,  
107 questionou se existe estudos sobre os pescadores que vivem nas áreas do Jaguaribe, que segundo ela,  
108 podem ser prejudicados com a construção de uma ETE. Por fim, a Sra. Thaís perguntou se a equipe tem  
109 conhecimento da existência de indígenas na área da ZPA 8. Em seguida, a Sra. Florésia iniciou as  
110 respostas explicando que o momento participativo é exatamente para apresentação de contribuições  
111 e complementações à proposta, desta forma, solicitou a disponibilização dos estudos que a Sra. Thaís  
112 tem sobre a área em análise como forma de colaboração. Continuando sua fala, a coordenadora  
113 técnica da mesa esclareceu que o trabalho apresentado refere-se a complementação do estudo  
114 desenvolvido de 2010, a partir dos questionamentos levantados na época. Sobre a questão do lixo, a  
115 Secretária Adjunta afirmou que em visitas realizadas pela equipe, houve a percepção da quantidade de  
116 lixo existente na área e que em contato com a Urbana foi repassado o mapa com o roteiro da coleta.  
117 Ainda em sua fala, a Sra. Florésia explicou que, sobre as ocupações ilegais o que pode ser feito é a  
118 denúncia, para que a fiscalização da SEMURB possa atuar no local. Complementando a informação, a  
119 Sra. Karitana afirmou que é feito um trabalho contínuo de acompanhamento da ZPA por parte da  
120 equipe de fiscalização, informou que há um trabalho de acompanhamento de invasões em áreas  
121 públicas e áreas de preservação permanente e que realmente existe a dificuldade de abranger toda a  
122 demanda do município devido o número reduzido de funcionários, destacando a importância da  
123 denúncia. Por fim, a Sra. Florésia informou que outra equipe da SEMURB está desenvolvendo o  
124 levantamento dos serviços ambientais juntamente com o Professor Venerando, do Departamento de  
125 Geologia da UFRN, e que o estudo contempla dados dos pescadores da área do rio. Quanto aos  
126 aspectos arqueológicos, a Sra. Karitana explicou que a secretaria tem alguns estudos relacionados a  
127 esses aspectos e que esse é um dos pontos que influenciou na localização do possível Mirante.  
128 Continuando as respostas, o Sr. Arthur relatou que durante a fase de pesquisa estatística desenvolvida  
129 no local, a qual subsidiou a elaboração do estudo de paisagem, o lixo sempre foi identificado pela  
130 população como um grande problema e que no estudo isso está exposto. Em seguida o Sr. Simon,  
131 técnico ambiental da SEMURB, explicou que a área caracteriza-se como um fluvio-estuarino,  
132 explicando que trata-se de uma área fluvial conectada com a maré, o que contribui com que o lixo seja  
133 redepositado no rio. Explicou ainda, que moradores das proximidades descartam os resíduos  
134 totalmente no mangue. Destacou que o melhor a ser feito numa subzona como essa, é dar um uso que  
135 evite essa preocupação e permita uma fiscalização contínua, por isso está em proposta a criação do  
136 Parque dos Mangues, que ocupará parte do Setor A da ZPA 8 A e irá dinamizar a região. Além disso, o  
137 Sr. Simon, informou que muitas comunidades localizadas nas encostas da ZPA 8, costumam queimar o  
138 lixo onde há a ausência de cobertura vegetal, o que piora o problema de movimentação de massa e  
139 concluiu que rio Potengi é receptor de vários outros rios que não recebem tratamento, enfatizando  
140 que o problema não começa na ZPA 8. Em seguida foi lido o questionamento da Sra. Marlene, que  
141 perguntou se as imagens apresentadas correspondem ao que é possível ser visualizado na área. Em  
142 resposta, o Sr. Arthur explicou que a morfologia e a ocupação do local não permitem o trânsito de  
143 muitas pessoas na área de interesse, impossibilitando a apreciação de visuais a nível de solo. A Sra.  
144 Florésia complementou que, por esse motivo se pretende criar a Via Mangue, para possibilitar  
145 contemplação da paisagem e também delimitar a área, tornando mais fácil a fiscalização. Na  
146 sequência, o Prof. Carlos Luiz, diretor do SINDUSCON, solicitou esclarecimento sobre o mapa de limite  
147 de gabarito, mais especificamente, sobre a área amarela do mapa. A Sra. Karitana explicou que a área  
148 amarela do mapa, refere-se a área em que os gabaritos propostos no Art. 14, § 3º e 4º irão incidir. A  
149 proposta estabelece que, os lotes que se encontram fora dos limites da Zona Especial Norte (ZEN) –  
150 delimitada no mapa por uma linha verde limão - e fora da área compreendida entre as linhas das  
151 visuais V1 e V6 - identificadas no mapa com a cor rosa - deverão adotar o gabarito de acordo com o

152 que determina o Plano Diretor de Natal, já os lotes que se encontram dentro dos limites da ZEN e fora  
153 da área compreendida entre as linhas visuais V1 e V6, ficam sujeitos ao gabarito máximo de 40,00 m.  
154 Na sequência, leu-se o questionamento da Sra. Laíra Jéssica, que solicitou informação quanto ao prazo  
155 para envio de contribuições e sobre a disponibilização do material. A Sra. Florésia informou que as  
156 contribuições serão recebidas até o dia 7 de novembro e que o material já está disponível no site da  
157 SEMURB. Em seguida a coordenadora da mesa leu a intervenção escrita dos Srs. Rogério Câmara e  
158 João Maria da ONG S.O.S. Mangue do RN, que expressava a preocupação dos mesmos diante de  
159 picadas e queimadas realizadas recentemente na área. Ao final da intervenção, os participantes se  
160 colocam a disposição para desenvolver parceria com o objetivo de preservar o ecossistema existente  
161 na área da ZPA 8. A senhora Florésia respondeu ser de extrema importância esse tipo de parceria e o  
162 Sr. Simon informou o telefone do departamento de fiscalização da SEMURB, para que sejam  
163 informadas as ocorrências de incêndio na área. Continuando com os questionamentos, o Prof. Milton  
164 França, ativista pelo movimento Mangue Vivo, Tarta Azul e membro do COMPLAN, iniciou sua  
165 intervenção informando que na criação da ZPA 8 foram deixados de fora dois quilômetros de mangue  
166 e ilhas de mangue, além de aproximadamente dois quilômetros de várzea na região do Guarapes,  
167 diante disso questionou como pode se corrigir essa falha. Em seguida, ressaltou que além de uma via  
168 mangue, é importante uma estrutura à beira mangue, em especial nas áreas de interesse social e em  
169 áreas onde ocorre atividades econômicas, para que facilite o controle do uso e ocupação. Além disso,  
170 o professor questionou se é possível implantar uma estação de tratamento de esgoto ecológica do tipo  
171 WETLAND e um Centro de tratamento de poda no Setor A da ZPA 8. Ao final de sua intervenção, o  
172 Prof. Milton questionou sobre a falta de um estudo de fauna em especial da macrofauna terrestre e  
173 aquática e que indique qual a área mais frágil e mais propicia para a criação de uma unidade de  
174 conservação integral, sugeriu ainda a criação de uma compensação para quem vive da pesca. Em  
175 resposta, a Sra. Karitana informou que a revisão do Plano Diretor seria o momento viável de se  
176 verificar a viabilidade de ampliação dos limites da ZPA 8, esclareceu ainda, que durante o processo de  
177 estudo, verificou-se essa possibilidade junto à Procuradoria Geral do Município e que a orientação  
178 sinalizou que pequenos ajustes poderiam ser efetuados, mas mudanças significativas só seriam  
179 possíveis durante a revisão do Plano Diretor. Sobre a questão da via, a Sra. Florésia informou que  
180 poderia fazer uma nova consulta a STTU e discutir até onde essa estrutura poderia ir, em relação à  
181 uma via no Setor B, foi informado que em várias partes a ocupação está muito próxima ao mangue,  
182 por isso inicialmente só vislumbrou-se a possibilidade de uma via contornando o mangue no Setor A.  
183 Em seguida, o Sr. Simon informou que em relação à fauna terrestre e aquática, foi utilizada a listagem  
184 do estudo do IDEMA relacionado ao Parque dos Mangues, porém existe uma fauna associada aos  
185 resquícios de Mata Atlântica, percebido em visitas realizadas em 2012. De acordo com o tecnólogo  
186 ambiental, o ideal era um processo mais complexo e mais longo, como foi feito no estudo do Parque  
187 da Cidade. Complementando a resposta, a Sra. Ana Cristina, bióloga da SEMURB, informou que não foi  
188 possível realizar o estudo detalhado da fauna, por demandar muito tempo e deferentes horários de  
189 amostragem, o que inviabilizou a execução desse estudo. Com relação a implantação de uma  
190 WETLAND para tratamento de esgoto, a bióloga informou que é necessário o desenvolvimento de um  
191 estudo bem mais detalhado, pois o solo da área é bastante fluido em consequência da ocupação da  
192 carcinicultura, o que poderia causar um impacto bem mais severo. Em seguida, o Sr. Milton  
193 questionou como os impactos gerados pela implantação de uma ETE poderiam ser minimizados e  
194 finalizou informando que enviaria uma proposta por escrito para a secretaria. Na sequência foi lida a  
195 intervenção escrita do Sr. Rafael, morador da comunidade do Mosquito, que questionou se haverá  
196 realocação dos moradores da comunidade e o que acontecerá com suas moradias. A Sra. Karitana  
197 explicou que no estudo da ZPA, essa questão da realocação não foi contemplada devido a  
198 complexidade do tema e dimensão da zona de proteção. Informou que, que esse detalhamento só é  
199 possível através da regulamentação específica de cada uma das dez áreas de interesse social  
200 localizadas na ZPA 8. Complementando a informação, a Sra. Rosa, Diretora de Projetos da SEHARPE,  
201 esclareceu que o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social foi encaminhado a Câmara  
202 Municipal, ela explicou que o documento versa sobre todas as comunidades de interesse social do  
203 município e que as AEIS localizadas em Zonas de Proteção Ambiental estão incluídas nas intervenções  
204 prioritárias. Informou que agora a intenção é acelerar o processo de consolidação, ou não, de algumas  
205 áreas de interesse social do município. Posteriormente, a Sra. Floriza Soares, assistente social que

206 compôs a equipe técnica, informou que não foi possível fazer um estudo social detalhado da área, no  
207 entanto, ressaltou que foi realizado o levantamento das demandas a partir do orçamento  
208 participativo, além do contato com líderes dos conselhos comunitários e outras representações locais,  
209 o que possibilitou a definição dos equipamentos públicos necessários para as áreas apresentadas. Na  
210 sequência, a Sra. Ana Adalgiza, representante do SINDUSCON, COMPLAN e CONCIDADE, iniciou sua  
211 intervenção parabenizando a equipe pelo trabalho e em seguida expôs a necessidade de preservar as  
212 área onde existe maior preservação natural e proporcionar desenvolvimento às áreas que já estão  
213 antropizadas. Ressaltou a necessidade da conclusão das regulamentações para que o desenvolvimento  
214 e proteção dessas áreas sejam implementados. Em seguida, foi dada a palavra para o Prof. Jânio, que  
215 possui mestrado e doutorado na área de meio ambiente e dinâmicas-territoriais. O professor iniciou  
216 sua intervenção parabenizando a equipe que desenvolveu o estudo e propôs um novo encontro,  
217 próximo a comunidade Gamboa do Jaguaribe, para que se tenha mais representatividade da sociedade  
218 local. Ressaltou também a importância de estudos antropológicos e paisagísticos, e destacou que é  
219 preciso preservar a paisagem e proibir novas construções. Em resposta o Sr. Arthur informou que a  
220 proposta paisagística apresentada partiu do resultado da pesquisa realizada com os moradores da  
221 área. Segundo o Sr. Arthur, o gabarito proposto respeita a geomorfologia nos seus detalhes e com a  
222 construção da Via Mangue e dos mirantes se permitiria o vislumbre tanto estático, quanto de  
223 percurso. Nesse momento a coordenadora da mesa sugeriu a junção de três perguntas em função do  
224 avançar do horário estipulado. Na sequência passou-se a palavra para a Dra. Marjorie Madruga,  
225 Procuradora do Estado, que expôs preocupação quanto ao artigo 9º, parágrafo único da proposta de  
226 lei, o qual prevê em seu enunciado a preservação do manguezal, no entanto, excepciona casos que  
227 estão previstos no artigo 11 do novo código florestal. A Procuradora lembrou que a legislação estadual  
228 não diferencia mangue de apicuns e salgados, segundo ela, esse deveria ser o entendimento do  
229 judiciário e dos órgãos de controle, destacando que a carcinicultura deveria ser proibida em todas  
230 essas áreas. Dra. Marjorie citou ainda a Lei Cortez Pereira, que equipara a atividade de carcinicultura a  
231 atividades silvipastoris, e destaca que se não houver uma proibição expressa quanto ao  
232 desenvolvimento de atividades silvipastoris no mangue, a carcinicultura irá ocupar o manguezal do rio  
233 Potengi. Dra. Marjorie finalizou sua fala destacando que a grande possibilidade de preservar o mangue  
234 está na lei de regulamentação da ZPA 8, proibindo o desenvolvimento de atividades de carcinicultura e  
235 agrosilvipastoril. Em resposta a Sra. Flóresia, informou que a equipe não possuía um profissional  
236 da área do direito trabalhando integralmente no estudo e que essa questão estava diretamente  
237 relacionada a uma questão jurídica complexa que envolve código florestal, legislação estadual, lei  
238 Cortez Pereira. Diante desse cenário, a orientação que a equipe recebeu foi a de seguir o código  
239 florestal, no entanto, ressaltou que a equipe inteira concorda com o posicionamento da Procuradora.  
240 Na sequência, Dra. Marjorie informou que iria enviar as suas sugestões de forma oficial e solicitou um  
241 período maior de tempo para envio de contribuições. Neste momento a Sra. Flóresia informou que  
242 após a audiência da ZPA 9, foram recebidas quase 90 contribuições e que espera-se para a ZPA 8 um  
243 número maior de participação, e que por esse motivo, existe a preocupação em analisar as  
244 contribuições e desenvolver as respostas em tempo hábil para realização da próxima audiência. Em  
245 seguida passou-se a palavra ao Sr. João Maria que ressaltou a importância da preservação não só do  
246 manguezal, mas também de seu entorno. O participante questionou a possibilidade de se manter o  
247 gabarito inalterado na zona norte, pois em sua opinião, a construções de prédios de 30 andares  
248 naquela área iria prejudicar os fatores climáticos e conseqüentemente de saúde da população.  
249 Ressaltou ainda, a importância da nascente e da bacia do Rio Potengi, e expôs sua preocupação com a  
250 contaminação da água e do solo. Também mencionou que as apresentações devem ser feitas em  
251 linguagem acessível para as comunidades. Além disso, informou que não encontrou o estudo da fauna  
252 e nem sobre o conforto térmico, e que ambos merecem um estudo mais detalhado. Em seguida, o Sr.  
253 Valério ressaltou a importância de um estudo detalhado sobre a fauna. O participante questionou  
254 quais são as políticas, programas ou projetos que envolvem a educação ambiental nas zonas de  
255 proteção ambiental e quais as propostas para a redução, reaproveitamento e reciclagem do lixo. Na  
256 sequência, ressaltou a importância de um estudo antropológico mais detalhado e solicitou  
257 informações sobre o projeto da Via Mangue, questionando se seria necessário delimitar o mangue  
258 com uma via permitindo o tráfego de carros. Por fim, questionou qual a proposta para restauração dos  
259 ecossistemas de dunas e mangue que foram destruídos. Na sequência, o Sr. Jonas reforçou a

260 importância da próxima reunião ser realizada na Zona Norte e da conscientização para que se possa  
261 ter um debate mais produtivo sobre a área. Também solicitou esclarecimentos sobre o mapa de  
262 gabarito e onde serão permitidas as maiores construções. Por fim, questionou se já existe o projeto do  
263 mirante com o detalhamento de localização e onde é possível encontrar o documento com essas  
264 informações. Quanto a questão do controle de gabarito, a Sra. Karitana informou que a zona norte é  
265 definida como uma zona de adensamento básico e que apenas a área especificada como Zona Especial  
266 Norte possui controle de gabarito. Desta forma, a lei considerou o controle de gabarito para as áreas  
267 que estão dentro do leque das visuais de paisagem e dentro dos limites estabelecidos pela Zona  
268 Especial Norte. Posteriormente o Sr. Simon concordou que há a necessidade de complementação do  
269 estudo de fauna, no entanto, explicou que a SEMURB não teve possibilidade de desenvolvê-lo.  
270 Complementando a resposta, a Sra. Ana Cristina informou que os estudos de fauna e flora estão  
271 definidos como programas prioritários para a área. Finalizando a resposta a Sra. Karitana esclareceu  
272 que a parte da flora está contemplada no relatório desenvolvido pela equipe da SEMURB. Ainda  
273 respondendo aos questionamentos, a Sra. Florésia informou que as questões sobre educação  
274 ambiental, coleta seletiva e via mangue, estão todas contempladas na lei. Destacou a importância da  
275 educação e expôs o artigo 25 do projeto de lei, o qual contemplam as campanhas de educação  
276 ambiental. Esclareceu ainda, que a SEMURB está fazendo um trabalho em conjunto com URBANA, na  
277 intenção de ampliar a coleta seletiva na cidade. Quanto aos alimentos orgânicos, a coordenadora  
278 técnica da mesa esclareceu que existe um projeto no bosque das Mangueiras, que objetiva criar uma  
279 Central de Apoio ao produtor de orgânicos, estimulando os produtores que já trabalham e os que  
280 estão iniciando. Com relação a proposta da Via Mangue, foi esclarecido que trata-se de uma  
281 alternativa pensada junto com a STTU, e que a equipe aguarda contribuições. Dando continuidade a  
282 audiência e retomando as intervenções orais, passou-se a palavra para o Sr. Iglesias que iniciou sua  
283 fala questionando sobre a localização no mapa, do fundo cênico constante no gráfico para cálculo do  
284 gabarito. Em resposta o Sr. Arthur informou que o fundo cênico está localizado no outro lado do Rio  
285 Potengi, e que a metodologia utilizada levou em consideração a paisagem a partir do observador e  
286 também a partir do que é observado, levando em conta a menor altura do outro lado até começar o  
287 fundo cênico. Diante da resposta, o Sr. Iglesias concluiu que da forma como está proposto, a paisagem  
288 do rio será prejudicada. Seguindo sua intervenção, questionou sobre a zona de amortecimento, e  
289 sugeriu que a construção de prédios fosse permitida apenas, após a Avenida João Medeiros Filho,  
290 onde já é liberado. Em seguida, expôs que sentiu falta de informações sobre estrutura de pedestre, de  
291 calçadas e de arborização, finalizou afirmando que é preciso mudar a abordagem urbanística e  
292 paisagística do projeto. Em seguida o Sr. Arthur informou que ao se aproximar da borda do rio, os  
293 leques de paisagem vão ficando menores, saindo da escala macro para o micro, e nesses leques foram  
294 previstos os mirantes ao redor dessa via Mangue. O Sr. Arthur explicou que o projeto ainda não está  
295 pronto, mas é idealizado para ter uma área de passeio com possibilidade de visuais bem mais  
296 destacadas. De acordo com o geógrafo, o ponto verde no mapa de gabarito é apenas a observação  
297 estática, onde seria um mirante que daria contemplação de um fundo cênico, destacando que, esse  
298 fundo cênico é constituído por diversos elementos que são abordados no estudo. O técnico utilizou  
299 uma simulação para demonstrar como apenas um muro, na parte mais alta da ZPA, pode eliminar  
300 totalmente uma visual. Por fim, o Sr. Arthur ressaltou que na apresentação foram contempladas  
301 apenas observações pontuais sobre o leque completo, mas que todos os detalhes são levantados no  
302 estudo. Posteriormente, a Sra. Karitana lembrou que a proposta desenvolvida pode ser revista diante  
303 das contribuições recebidas. Destacou ainda, que todo o trabalho visa a garantir a preservação do  
304 fundo cênico, no entanto, ressaltou que não é possível garantir a visada de todos os pontos, pois como  
305 foi dito na explicação de Arthur, qualquer intervenção de muro prejudicará a visão. A Sra. Karitana  
306 também esclareceu que, a imagem utilizada na apresentação refere-se a uma vista aérea, mas que a  
307 nível do solo não se pode ter amplitude de visual e que justamente por esse motivo, existe a proposta  
308 do Mirante como local de contemplação da paisagem. Em seguida a Sra. Florésia, complementou  
309 informando que o termo “via” não é usado necessariamente para tratar de tráfego de veículos e que  
310 qualquer projeto feito na SEMURB tem a preocupação com arborização e pedestres. Continuando com  
311 os questionamentos, a Sra. Ana Claudia pergunta sobre a possibilidade de se fazer outra audiência na  
312 Zona Norte e sobre a possibilidade da ampliação de prazo de envio de propostas. Segundo a Sra.  
313 Florésia, da parte da SEMURB poderá ser feita uma audiência na Zona Norte, mas há uma preocupação

314 quanto ao prazo entre receber as contribuições e realizar a última audiência, explicando que caso se  
315 amplie o prazo para envio das contribuições a audiência também deverá ser ré-aprazada, visto que é  
316 preciso um tempo para análise dessas contribuições. Além disso, a Secretaria Adjunta da SEMURB  
317 colocou a equipe a disposição para participar de reunião com a comunidade e pediu que o Professor  
318 Jânio articulasse o local para a reunião na Zona Norte. Informou ainda que se a própria comunidade se  
319 organizar com horário e com local, a SEMURB se prontificará a fazer essa apresentação. Finalizou sua  
320 fala informando que o prazo seria alterado em 10 dias do que havia sido proposto, ficando o dia 17 de  
321 novembro definido como prazo final para envio de contribuições e conseqüentemente a audiência  
322 teria que ser re-aprazada. Na seqüência, o Sr. Euclides informou que no momento em que são definido  
323 os horários, o comparecimento da população da zona norte é imediato. Em seguida o Sr. Arnaldo,  
324 pescador da região e morador do Canto do Mangue, informou que não existe fiscalização nas  
325 imediações do Rio Doce e relatou o descompromisso de autoridades com futuro da área. Na seqüência  
326 a Sra. Rosângela, presidente da Colônia de pesca de Natal, criticou equipe da SEMURB por não  
327 procurar a colônia dos pescadores para buscar informações sobre quantos pescadores dependem da  
328 pesca no Rio Potengi e sobre as dificuldades vivenciadas devido a poluição gerada por tantas obras.  
329 Finalizou sua fala exigindo mais fiscalização no rio Potengi. Encerrando os últimos questionamentos,  
330 foi lida pela coordenadora técnica da mesa a última intervenção escrita, assinada pelo Sr. Jaian  
331 Ferreira, que questionou sobre qual a posição da Prefeitura/SEMURB em relação a construção da ETE  
332 dentro da ZPA 8, tendo em vista que as áreas estão sendo demarcadas e desmatadas. O Sr. Simon  
333 informou que no momento da audiência tentou contato com um funcionário da CAERN responsável  
334 pelo projeto e como ele não estava, informaram apenas que a ETE tem 5 hectares e que não adentra a  
335 área de mangue, por fim, destacou que é necessário fazer uma reunião com este funcionário para ver  
336 qual a proximidade com a encosta do tabuleiro costeiro e do impacto dessa remoção, pois a remoção  
337 da cobertura vegetal causa maior sedimentação e maior volume de sedimento. A senhora Florésia,  
338 ressaltou a dificuldade de atualizar e conseguir as informações e que foi a CAERN foi convidada para a  
339 audiência, mas não pode se fazer presente. Neste momento a coordenadora técnica da mesa declarou  
340 finalizada a audiência pública. Nada mais havendo a relatar, eu, Eudja Maria Mafaldo Oliveira, lavrei a  
341 presente ata, que será anexada ao processo da ZPA 8 e ficará disponível em meio digital e na sede da  
342 SEMURB.